

Introdução

A Constituição Cidadã, de 1988, instituiu, no Brasil, a saúde como direito social de todos e dever do Estado. Ao fazer este enquadramento, o constituinte alinhou a questão da saúde, em nosso país, com as diretrizes preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na carta de princípios de 07 de abril de 1948. O direito à saúde, na atual conjuntura, demanda um agir concreto do Estado que transcende à figura do Estado Prestador, estamos diante de um novo paradigma: eis a regulação, inclusive do risco sanitário.

Nessa carta de princípios, a OMS estabelece a saúde como direito fundamental e reconhece a obrigação do Estado na promoção e proteção da saúde. Para a OMS, “saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. A definição consta no preâmbulo da Constituição da Assembleia Mundial da Saúde, adotada pela Conferência Sanitária Internacional realizada em Nova York (junho de 1946) e assinada em 22 de julho de 1946 pelos representantes dos Estados, com vigor a partir de abril de 1948. (WHO, 1946)

Os meios de comunicação de massa, principalmente por meio do jornalismo, exercem papel primordial na difusão de informações, inclusive de saúde, para a sociedade. São exemplos de informações de saúde, difundidas pelos meios de comunicação de massa, as matérias jornalísticas que tratam sobre os cuidados que as pessoas devem adotar para não adquirirem enfermidades, campanhas de saúde pública no combate de epidemias e de vacinação, dados sobre situações epidemiológicas regionais, entre outros.

Nesse contexto, o estudo pretende verificar se as informações em saúde têm sido divulgadas pelos meios de comunicação de massa, especialmente em matérias jornalísticas, como mercadoria ou, se essa divulgação segue os preceitos de bom jornalismo (verdade, imparcialidade e objetividade), contribuindo para a consolidação da própria democracia no país. Compete lembrar que, conforme já evidenciado por CARDOSO, as atuais estruturas midiáticas contribuem para a consolidação da lógica neoliberal¹ na prática da saúde.

¹ Bourdieu (1998) explica a lógica neoliberal como sendo um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Além disso, caracteriza-se como

Na sociedade do espetáculo, as grandes empresas de comunicação atuam como agentes de alienação. Isso se configura na medida em que se verifica a supremacia das informações vendáveis, que não se importam com o conteúdo e com os valores das notícias, existentes ou não, nas matérias jornalísticas. As informações que efetivamente precisam ser divulgadas sobre o risco sanitário ficam “midiatizadas” na “sociedade do espetáculo”.

No contexto da saúde, tem-se a impressão de que as matérias jornalísticas têm sido caracterizadas, cada vez mais, por conteúdos sensacionalistas e apelativos. Até que ponto esses conteúdos têm cooperado para a mudança de hábito das pessoas, no caminho da proteção e promoção da saúde, e até que ponto tem funcionado como engrenagem de concretização da sociedade do espetáculo?

Por isso, esse trabalho pretende analisar a divulgação jornalística feita pelos meios de comunicação de massa, em relação a informações em saúde, especialmente, na comunicação do risco sanitário. Para isso, considerou ramos do conhecimento que vão além da comunicação social, como a sociologia, a saúde coletiva, a antropologia e o direito.

Dessa forma, aspira-se verificar se a divulgação de informações a respeito de ações de vigilância sanitária, feita pelos veículos de comunicação de massa, seguem os requisitos do jornalismo ou, se seguem uma lógica mercadológica. Essa verificação será feita por meio do uso de técnicas de análise de discurso e análise de conteúdo de matérias jornalísticas publicadas nos meios de comunicação de massa, como a imprensa.

Como o estudo ficou centrado na temática da vigilância sanitária, optou-se por analisar a divulgação dos discursos dos resultados advindos do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); isso porque a criação da Agência, em 1999, é considerada, por diversos pesquisadores, um marco para o fortalecimento da vigilância sanitária no Brasil.

O estudo utilizará técnicas de análise de conteúdo e a análise de discurso para analisar matérias jornalísticas que tratam da divulgação dos resultados do PARA, veiculadas em jornais.

Vigilância sanitária e saúde

uma espécie de capitalismo radical e racionalizado que leva ao extremo o sucesso econômico, por meio de instrumentos modernos de dominação.

A Carta de Ottawa, elaborada durante a I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde, no Canadá, em 1986, acrescentou elementos externos ao sistema de tratamento à questão saúde. O documento, que surgiu como uma tentativa de resposta às expectativas da época, por uma nova saúde pública, defende a ideia de saúde como fator condicionado por diversos pré-requisitos básicos: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

Trata-se de um cenário em que os condicionantes e determinantes da saúde, apresentados acima, estão diretamente ligados com o estado de bem-estar do indivíduo. Conforme o recorte proposto, os pré-requisitos da alimentação e da justiça social merecem atenção.

Alimentos contaminados por agrotóxicos representam um potencial agravo para a saúde das pessoas. Os relatórios do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da ANVISA apontam que doenças crônicas ocorrem em pessoas que se expõem a pequenas doses de agrotóxicos, durante um tempo prolongado, como no caso de consumidores que ingerem alimentos com pequena quantidade de agrotóxico por um longo período de tempo.

Compete destacar também, que em uma democracia os cidadãos têm o direito à informação, ou seja, o direito de saber quais são os possíveis riscos a que estão expostos quando consomem um alimento com resíduos de agrotóxicos, acima dos autorizados pelo governo. A análise proposta por esse trabalho pretende, justamente, verificar se as matérias jornalísticas que tratam da divulgação dos resultados do Programa de Análise de Resíduos da Anvisa, veiculadas nos jornais: Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, em 2011, informaram, de forma adequada, esses possíveis riscos, contribuindo para o bem-estar dos indivíduos.

A ANVISA, órgão responsável pela coordenação e divulgação dos resultados do PARA, compõe o quadro de instituições do Estado brasileiro responsáveis pela garantia do direito à saúde no país. Essa responsabilidade foi concretizada por meio da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que definiu a instituição como uma autarquia sob regime especial, veiculada ao Ministério da Saúde. O §1º, inciso II do artigo 8º da referida lei estabelece que são submetidos ao controle e fiscalização sanitária da Agência, os resíduos de agrotóxicos.

A própria Lei Orgânica da Saúde situa a atuação da vigilância sanitária na questão da prevenção, do controle de riscos e da proteção e da promoção da saúde. É justamente esse o objetivo da Anvisa ao divulgar os resultados do PARA.

O relatório do Programa, em 2011, apresenta que “suas atividades têm por objetivos principais a promoção da saúde através do consumo de alimentos de qualidade e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis”. Coloca também que, “um dos objetivos fundamentais do PARA é a ampla divulgação dos resultados para a sociedade”.

O relatório aponta, ainda, o processo de divulgação dos resultados e pretende informar os consumidores sobre os cuidados que devem adotar para reduzir os resíduos dos agrotóxicos nos alimentos. Por meio de análise crítica, esse trabalho irá examinar a contribuição das matérias jornalísticas analisadas para informar os leitores sobre os riscos do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos e maneiras de minimizar esses impactos na saúde.

A vigilância sanitária atua por meio de ações de saúde com objetivo de controlar riscos reais e riscos potenciais. Isso quer dizer que, conforme estabelecido pela própria Lei Orgânica da Saúde, as ações de vigilância sanitária são de natureza preventiva, tanto de danos, quanto dos próprios riscos.

É oportuno destacar que o recorte epistemológico desse artigo será, especificamente, as ações de informação e comunicação desenvolvidas pela vigilância sanitária em relação à comunicação do risco, especialmente na divulgação dos resultados do PARA, em 2011. De acordo com COSTA (2009), “o direito à informação correta sobre benefícios e riscos dos objetos sob vigilância sanitária integra o rol dos direitos do cidadão e do consumidor”.

Será que, nos anos analisados, os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo divulgaram os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da ANVISA de forma a comunicar o risco do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos para a população, ou será que os resultados foram tratados de forma sensacionalista para impulsionar as vendas desses jornais? As matérias jornalísticas sobre os resultados do PARA contribuíram para a consolidação do direito à informação sobre os reais riscos do consumo desses alimentos, conforme apresentado no parágrafo anterior, ou transformaram o assunto em mercadoria e espetáculo?

As ações de comunicação estão presentes ao longo de todo o processo de atuação da vigilância sanitária, seja para conhecer melhor os problemas que necessitam de intervenção sanitária, ou para torná-los públicos e buscar soluções coletivas. Para isso, as informações em vigilância sanitária devem ser “adequadas e pertinentes, contribuindo para reduzir as assimetrias de informação e para subsidiar uma ação mais proativa e participativa do cidadão na defesa dos seus direitos” (COSTA, 2009, p. 29).

Jornalismo: instrumento democrático para a saúde

A consolidação da democracia no Brasil está fortemente relacionada à questão do exercício da cidadania. Segundo explica CARVALHO (2002), a correlação entre democracia e cidadania, em nosso país, é tão intensa que “no auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã”.

O referido autor desdobra a cidadania em três direitos: civis, políticos e sociais. Os direitos civis, de acordo com CARVALHO (2002):

são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. [...]. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Já os direitos políticos são caracterizados por CARVALHO (2002) como “a participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado.”

São os meios de comunicação, em uma sociedade democrática, que exercem, em grande parte, a função de circulação de informações. Dentro dos meios de comunicação, as matérias jornalísticas assumem um protagonismo na disseminação de informações, uma vez que, são dotadas de certa credibilidade junto aos cidadãos.

ERBOLATO (1991) estabelece cinco características fundamentais para que o jornalismo cumpra o dever democrático de informar: a objetividade, a precisão, a honestidade, a imparcialidade e o interesse público.

No jornalismo, é a objetividade que diferencia notícia e opinião. É com base neste fundamento jornalístico que a população confia que as notícias apresentam os fatos, sem emissão de nenhum tipo de juízo de valor. O espaço para opiniões é bem delimitado dentro dos veículos de comunicação de massa, ficando a cargo de editoriais, artigos, entrevistas, colunas, cartas do leitor, opinião de especialistas, entre outros.

Isso significa que, em tese, as matérias sobre saúde, independente da convicção do jornalista, deveriam tratar os temas de forma objetiva e imparcial. Não é porque um repórter seja, por exemplo, adepto do consumo de alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, que as matérias sobre alimentos contaminados de agrotóxicos devem tratar esta prática como única forma de consumo de alimentos seguros. Outras práticas devem ser consideradas.

As matérias devem apresentar o problema de forma clara e imparcial. A imparcialidade deve ser observada, inclusive, na escolha das fontes da matéria. A matéria jornalística, para ser correta, deve dar espaço para o contraditório, ou seja: tanto para os ativistas que são contra o uso de agrotóxicos, quanto para os agricultores que utilizam agrotóxicos. E é justamente este um dos aspectos que será observado pela análise.

Vigilância sanitária: uma comunicação do risco?

Em uma sociedade marcada pela constante inovação tecnológica, a vigilância sanitária atua no sentido de proteger a saúde das pessoas dos riscos que essas tecnologias podem gerar, quando incorporadas ao cotidiano da população. Trata-se de uma sociedade caracterizada por riscos associados à incerteza no uso dessas novas tecnologias. Conforme aponta KOLLING (2011, p. 45):

Os riscos e as ameaças atuais diferenciam-se dos medievais, frequentemente semelhantes por fora, principalmente devido à globalização de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas. Constituem-se em riscos da modernização, um produto de série do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento posterior.

O uso de agrotóxicos na produção de alimentos, por exemplo, é responsável por um ganho no volume de produção de alimentos e pelo combate de diversas pragas nocivas à agricultura. Entretanto, os resíduos desses produtos nos alimentos geram um risco para a saúde dos consumidores.

O risco, segundo a referida autora, “restabelece um novo paradigma: o da probabilidade”. Nesse caso, o risco está associado à probabilidade dos consumidores em desenvolverem, em algum momento da vida, doenças crônicas, relacionadas ao consumo de alimentos contaminados por pequenas quantidades de agrotóxicos por um longo espaço de tempo, ou, em casos mais extremos, até, de algum caso de intoxicação aguda pelo ingestão ou contato com uma grande quantidade de agrotóxico.

São riscos comuns aos consumidores de alimentos em todo mundo, uma vez que, experimenta-se uma realidade de sociedade globalizada, com o trânsito de pessoas e mercadorias ao redor de todo planeta. O risco assume, assim, um caráter supranacional e globalizado. De acordo com o explicado por KOLLING (2011, p. 149):

Risco é um enfoque moderno da previsão e controle das consequências não “desenhadas” na modernização radicalista. É um intento institucionalizado de “colonizar o futuro”, um mapa cognitivo. Toda sociedade tem experimentado “perigos”. Ocorre, pois, que o regime de risco é uma função de ordem nova: não é nacional, mas sim global.

Assim, em uma sociedade global, marcada pela constante inovação tecnológica, o risco passa a estar presente em toda a sociedade, independente de classe econômica, nacionalidade e localização geográfica. KOLLING (2011, p. 149) aponta que:

A tendência à globalização fez surgir suscetibilidades, que, por sua vez, são inespecíficas em sua universalidade. Quando tudo se transforma em ameaça, de certo modo é o que há de mais perigoso. Quando já não há saúde, o melhor é não pensar mais na questão. Agir é de qualquer maneira, algo ultrapassado. Os riscos da modernização podem estar em tudo e em todos, junto com o essencial à vida. [...] Mesmo os mais ricos são afetados pelo risco, pelo ambiente pouco saudável, fruto desse risco e, conseqüentemente, pela saúde nada saudável. Em uma frase: o dinheiro não compra a saúde.

A vigilância sanitária atua, nessa sociedade caracterizada pelo risco globalizado, no sentido de gerenciar e minimizar o impacto que as novas tecnologias podem causar na saúde das pessoas. No caso dos agrotóxicos, por exemplo, define os limites considerados seguros nos alimentos, à luz do conhecimento científico disponível na época de análise da toxicidade dos produtos, além de definir os equipamentos de proteção individual que os trabalhadores rurais, que manipulam agrotóxicos, devem utilizar.

Os meios de comunicação de massa, nesse contexto, assumem papel primordial na divulgação dos riscos. Os consumidores acabam por assimilar que estão expostos ao risco da ingestão de alimentos contaminados por agrotóxicos, quando os meios de comunicação divulgam informações sobre a presença de alimentos contaminados por agrotóxicos no mercado.

Os cidadãos têm a impressão de que o consumo de alimentos que estão no final dos *rankings*, divulgado pelos meios de comunicação de massa, sobre alimentos mais contaminados por agrotóxicos, é mais seguro do que o consumo de alimentos, nos quais a contaminação por agrotóxicos é mais frequente, considerado o mesmo *ranking*. Conforme apresenta RANGEL-S (2002, p. 109):

É indubitável a influência dos meios de comunicação de massa no imaginário social, que torna riscos mais credíveis do que outros, contribuindo para conformar noções de risco, bem como influir na sua aceitação, rejeição, sujeição, bem como na adesão a projetos que visem à melhoria das condições de vida, da redução e eliminação de riscos.

Na proteção e promoção da saúde, a vigilância sanitária não deve desconsiderar os efeitos que os meios de comunicação de massa criam sobre a noção de risco que os indivíduos adquirem sobre os diversos aspectos da vida cotidiana. RANGEL-S (2009) aponta que “os problemas de saúde da população e do sistema de saúde possuem uma dimensão que só pode ser abordada mediante processos de comunicação”.

Assim, a vigilância sanitária é obrigada a atuar e interagir em uma realidade na qual os meios de comunicação de massa afetam a saúde das pessoas, por meio dos noticiários e das propagandas. Conforme RANGEL-S (2009), “é uma sociedade cujas relações são mediadas

pelos meios de comunicação de massa que exercem indiscutível influência na sua constituição de mundo vivido”.

Frente a essa realidade, os órgãos de vigilância sanitária devem agir de modo a buscar espaços junto aos meios de comunicação a fim de difundir informações sobre os riscos e as maneiras de minimizá-los. Trata-se de uma disputa sobre o que as pessoas irão incorporar ao cotidiano como sendo risco, e práticas que podem tornar a vida dos cidadãos mais saudável.

No caso específico do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, a Anvisa, do ponto de vista da comunicação em saúde, tem como foco de ação: a comunicação educativa. No caso da comunicação educativa, caracteriza-se, conforme RANGEL-S (2009), pela “divulgação de informações à sociedade para a proteção e promoção da saúde”.

Nota-se que a ANVISA, ao divulgar os resultados do PARA, aponta um outro aspecto a ser considerado: a comunicação de risco. Esse tipo de comunicação, que surge para informar a população sobre os riscos para a saúde e segurança a que os indivíduos estão expostos, é pontuada por teóricos como Edna Costa, Maria Ligia Rangel-S e Tetê Marques como real ferramenta para promover mudanças de hábitos na vida das pessoas .

De acordo com o explicado, a Anvisa, em relação à divulgação dos resultados do PARA, não interage de forma concreta com os consumidores, ficando, quase que exclusivamente, refém das divulgações feitas pelos meios de comunicação de massa. Ao assumir essa postura, a vigilância sanitária não sabe se a população entende qual é o real risco a que está exposta ao consumir alimentos contaminados com pequenas quantidades de agrotóxicos.

Afinal, qual informação em saúde a população brasileira está recebendo sobre alimentos contaminados por agrotóxicos?

O programa de resíduos de agrotóxicos da Anvisa nos meios de comunicação de massa

Criado em 2001, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), coordenado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), funciona a partir da coleta de alimentos em supermercados. Depois de coletadas, pelos órgãos de vigilância sanitária dos estados e municípios, as amostras dos alimentos são encaminhadas para

laboratórios de referência para que se verifique a quantidade de agrotóxico presente em cada um dos alimentos.

O objetivo do Programa é garantir a segurança dos trabalhadores rurais, expostos aos agrotóxicos, e promover a saúde por meio do consumo de alimentos de qualidade. O PARA pretende, ainda, prevenir doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) secundárias, relacionadas à ingestão cotidiana de quantidades perigosas de agrotóxicos.

Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), baseadas na declaração dos Estados membros, avaliam que as DCNT são responsáveis por 63% das 57 milhões de mortes declaradas no mundo em 2008, e por 45,9% do volume global de doenças. No Brasil, as DCNT teriam causado 893.900 mortes em 2008, correspondendo a mais importante causa de óbito no país, sendo responsáveis por 74% das mortes ocorridas naquele ano.

Os resultados laboratoriais do PARA classificam as amostras coletadas em satisfatórias e insatisfatórias. As amostras satisfatórias são aquelas em que a quantidade de agrotóxicos encontrada está dentro dos padrões autorizados pelos órgãos de governo: ANVISA, Ministério da Agricultura e Instituto Brasileiro de Meio – Ambiente (IBAMA).

Já as amostras insatisfatórias são aquelas cujos teores de agrotóxicos estão acima dos autorizados (>LMR) ou que possuem algum agrotóxico que não é autorizado para ser empregado na cultura analisada (NA). As amostras também são consideradas insatisfatórias quando apresentam, ao mesmo tempo, os dois problemas mencionados.

O Programa é caracterizado, ainda, como resposta do Estado a uma demanda da sociedade: o problema do uso abusivo de agrotóxicos e a contaminação de alimentos. O PARA também é uma medida do Estado para evitar o risco de doenças e de outros agravos para a saúde da população brasileira.

Um destaque do Programa é a ampla divulgação, nos meios de comunicação de massa, dos resultados obtidos a cada ano. Nos relatórios do PARA, a ANVISA reafirma que a divulgação dos resultados reforça a transparência das ações realizadas e garante que a população tenha acesso a informações que podem servir de base para a escolha de alimentos mais saudáveis.

Será que os meios de comunicação de massa também prezam por informações que contribuem para que os consumidores optem por alimentos com menor teor de agrotóxicos, ou seja, mais saudáveis? Ou os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da ANVISA foram transformados em mercadoria da indústria cultural, com o objetivo de aumentar os lucros das indústrias capitalistas dos meios de comunicação? Para fazer esse debate, é preciso entender a metodologia utilizada na análise das matérias jornalísticas analisadas por este estudo.

Aspectos metodológicos

A metodologia utilizada nesse estudo é a qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica exploratória, na análise de conteúdo e na análise de discurso das matérias de divulgação dos resultados do PARA nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, em 2011. Essas matérias tratam dos resultados do PARA realizados entre 2007 e 2010, uma vez que a ANVISA divulga os dados referentes a análises realizadas no ano anterior.

Entenderemos aqui análise de conteúdo seguindo a definição de STONE (1978, p. 324): “qualquer pesquisa técnica cuja finalidade consiste em fazer inferências através da identificação sistemática e objetiva de características no interior do texto”.

Assim, os métodos supracitados serão empregados para verificar se a divulgação, nos veículos de comunicação imprensa Folha de São Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo, dos resultados advindos do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA, comunicaram o risco do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos ou trataram os resultados do Programa como mercadoria da indústria cultural.

Os resultados do PARA divulgados em 2011

O jornal Folha de São Paulo foi o que deu maior destaque aos resultados do PARA em 2011. No total, o referido veículo publicou duas matérias sobre o assunto. Além disso, tratou do tema em uma chamada de capa e no espaço dedicado ao colunista Jânio de Freitas. Tudo no dia 07 de dezembro do referido ano.

A capa da Folha de São Paulo apresentou a seguinte manchete: “28% dos vegetais contêm agrotóxico errado ou demais”. Fica evidente o teor apelativo do título, uma vez, que é

feita uma generalização do assunto. Não são 28% de todos os vegetais consumidos pelo brasileiro que contêm agrotóxico em excesso. Aliás, o PARA não analisa todas as qualidades de vegetais consumidos pelos brasileiros. O estudo verifica os teores de agrotóxicos em uma determinada cesta de alimentos. O título, para ser mais adequado à realidade, deveria se referir a 28% das amostras analisadas pela ANVISA.

A chamada de capa continua com a seguinte afirmação: “Das 2.488 amostras de vegetais analisadas pela ANVISA no país, em 2010, 28% apresentam resíduos de agrotóxicos em níveis inaceitáveis ou substâncias não aprovadas para o produto”. Apesar de começar a descrever os resultados do produto, o texto logo parte para o sensacionalismo ao empregar o termo “inaceitáveis”. O texto procura prender o leitor pelo apelo do medo.

Depois de informar que o estado de São Paulo não participou do PARA em 2010, a chamada começa a elencar os problemas à saúde, relacionados ao consumo de agrotóxico: “a ingestão prolongada de alimentos com agrotóxicos pode causar câncer, problemas neurológicos e malformação fetal”. Constata-se, nesse ponto, uma espécie de heurística do medo, ou seja, o leitor é colocado em uma condição de doença resultante de uma tecnologia (agrotóxicos) inerente ao processo de globalização do capitalismo, sob a ótica da negatividade. O discurso presente na manchete infla um sentimento coletivo de medo em relação aos alimentos contaminados por agrotóxicos.

A matéria principal da Folha de São Paulo sobre o tema foi intitulada “Pimentão, morando e pepino são campeões de agrotóxicos”. O texto é marcado por uma série de termos que comprovam o aspecto sensacionalista, tais como: “alimentos problemáticos, campeão de irregularidades, níveis inaceitáveis e pesticidas”.

O primeiro parágrafo trata de apresentar os dados gerais do programa, contudo, sem informar quais foram os alimentos analisados e quais foram os alimentos que apresentaram problemas. O medo é disseminado, sem qualquer informação prática para o consumidor de alimentos. Conforme a publicação, “quase um terço dos vegetais mais consumidos pelos brasileiros apresenta resíduos de agrotóxicos em níveis inaceitáveis, de acordo com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Das amostras de alimentos analisadas pela agência, referentes ao ano de 2010, 28% apresentaram ou limites acima do recomendável ou substâncias não aprovadas para o produto- um agrotóxico recomendado para o cultivo de eucalipto usado, por exemplo, numa lavoura de tomate”.

No processo de apresentação desses alimentos, o apelo para o medo é explícito, constata-se isso nos termos “campeão de irregularidades” e “alimentos mais problemáticos”. Que dado científico comprova que realmente esses são os alimentos mais problemáticos? O que é mais problemático para a população: o volume de amostras contaminadas ou o teor de agrotóxico em uma única amostra?

A fala do representante da ANVISA, que é a sequência do texto, não reforça nenhuma informação referente à saúde. O diretor da Agência, José Agenor Álvares da Silva, aparece atribuindo o problema dos resíduos de agrotóxicos em alimentos ao custo dos agrotóxicos, especialmente para os pequenos produtores. Nesse caso, é como se o discurso não dito, reafirmasse que os alimentos dos grandes produtores detêm qualidade, enquanto os pequenos produtores são os principais responsáveis pelas contaminações. A lógica canibal do capitalismo é reafirmada pela própria autoridade e de saúde.

O texto prossegue com uma retransmissão denominada “produtos banidos”, que, como em anos anteriores, qual trata de produtos que são proibidos em outros países, mas que eram permitidos no Brasil na época do estudo. Mais uma vez confirmamos a padronização e mercantilização das informações referentes ao PARA, nos veículos de comunicação de massa, ao longo dos anos analisados.

Outro discurso não dito, relacionada à heurística do medo, é feita quando o texto trata do ingrediente ativo endossulfan. “O endossulfan, achado no pimentão, já não é usado nos EUA e na China, por exemplo. Ele foi reavaliado pela ANVISA em 2010 e terá que ser banido do país até 2013. A presença de química não permitida ocorre em 85% das amostras de pimentão”. Fica a falsa impressão de que 85% das amostras irregulares de pimentão estavam contaminadas por endossulfan, o que não corresponde à realidade.

O gerente da Andef, Luiz Carlos Ribeiro, relaciona a contaminação no pimentão, ao fato dos produtores de tomate, que normalmente também cultivam pimentão, usarem o mesmo agrotóxico nas duas culturas. Assim como fez o representante da ANVISA, a ANDEF responsabiliza os produtores rurais pelas contaminações, sendo as grandes indústrias de agrotóxicos e o Estado isentos desse problema de saúde.

Na sequência, outra postura é atribuída ao representante da Ender “para ele, o problema poderia ser amenizado se a ANVISA aprovasse mais rapidamente os novos

agrotóxicos lançados no mercado. Hoje, afirma Ribeiro, esse processo leva cerca de três anos para ser concluído.” É a indústria dos agrotóxicos questionando o poder regulador da Agência. No discurso apresentado, que reforça a lógica neoliberal, o mercado se autorregularia de forma mais eficiente do que o Estado, com melhores resultados, inclusive, no campo da saúde.

Por fim, uma última retranca, denominada “câncer” apresenta os riscos para a saúde associados aos agrotóxicos. A fonte da matéria é a coordenadora do centro de controle de intoxicações da Fundação Oswaldo Cruz, Ana Claudia de Moraes. De acordo com o texto a coordenadora diz que, “sabe-se que alguns agrotóxicos têm efeito cumulativo e podem, na exposição ao longo dos anos, causar problemas imunológicos, hormonais, neurológicos, efeitos na reprodução e até mesmo câncer”.

A outra matéria sobre o tema, publicada no jornal Folha de São Paulo, não trata diretamente dos resultados do PARA. Com o título “São Paulo faz análise própria, mas avalia apenas três alimentos”, o texto trata da não participação do estado de São Paulo no programa da ANVISA. O foco da matéria é o fato do programa estadual realizar análise em apenas três alimentos.

É reforçado o pensamento de que os moradores de São Paulo estão mais expostos aos riscos do consumo de alimentos contaminados do que os moradores de outros estados, uma vez, que não participaram do PARA. Adjetivos e termos sensacionalistas são amplamente difundidos no texto. A retranca da matéria confirma a linha de raciocínio desenvolvida pela jornalista: “Grande produtor de morango, Estado paulista não inclui o fruto, considerado problemático, no levantamento”.

Ao comparar o programa realizado pelo estado de São Paulo, ao PARA, o desqualifica o trabalho e, conseqüentemente, tira a credibilidade do relatório das autoridades do referido estado. Essa desqualificação é observada em diversos momentos: “avaliação estadual inclui somente arroz, feijão e laranja, enquanto a ANVISA analisa 18 alimentos”, “São Paulo foi o único Estado brasileiro que não quis participar do levantamento de resíduos de agrotóxicos conduzido pela ANVISA” .

De forma velada, na retranca da matéria chamada “metodologia”, a jornalista reafirma as fragilidades do programa do estado de São Paulo, ao exaltar a forma com que a ANVISA conduz o PARA. Fica evidenciada essa desqualificação ao existir a comparação dos

procedimentos do PARA aos realizados em países ditos desenvolvidos: “O procedimento é semelhante ao que ocorre nos EUA e em alguns países da Europa. A coleta é feita no mesmo lugar em que as pessoas compram os produtos, para que seja analisado o mesmo alimento que chega até a mesa dos consumidores.”

Por fim, a matéria termina com uma fala da ANVISA. Em nenhum momento há uma fonte da autoridade sanitária do estado de São Paulo em todo o texto. A fonte da ANVISA mais uma vez é o diretor José Agenor Álvares da Silva e aparece na retranca denominada “supermercados”. Como já feito em outras ocasiões a responsabilidade é “empurrada” para outros atores e a Agência posiciona-se como alheia ao processo, aqui: supermercados.

Afirma o diretor da ANVISA: “a rede varejista deve dar orientação agrônômica a seus fornecedores.” É realmente papel dos supermercados dar orientação agrônômica para os fornecedores? Enquanto em 2008, a ANVISA cobrava do Ministério da Agricultura, maior orientação para os agricultores, em 2011, a responsabilidade é cobrada dos supermercados. É a total ausência de Estado e de compromisso das autoridades com a saúde. Essa lacuna é, inclusive, reafirmada na última aspa do diretor da Agência: “A agricultura é o elo mais fraco dessa cadeia, especialmente as pequenas culturas. É preciso haver uma orientação maior”. Orientação de quem? Justamente pelo fato do pequeno agricultor ser o elo mais fraco da cadeia, não deveria ser esse mesmo pequeno agricultor o maior beneficiado pelos programas de orientação e de inclusão do Estado brasileiro?

A Folha de São Paulo publicou, ainda, em 07 de dezembro de 2011, um texto a respeito do PARA na coluna do jornalista Jânio de Freitas. Pelas características e especificidades que envolvem as colunas, que representam a opinião do autor da mesma, a respeito de terminado assunto, não se julga pertinente a comparação da mesma com textos jornalísticos. Ao ler uma coluna, o cidadão já sabe que está lendo um texto opinativo. Não se espera do colunista o rigor informativo e textual que envolve as matérias jornalísticas.

A linha editorial mais sensacionalista e mais apelativa de O Globo, em relação aos outros dois veículos de comunicação, englobados nessa pesquisa, e constatada em todas as matérias analisadas, também está presente em 2011. O jornal apresentou, em 07 de dezembro de 2011, uma manchete de capa sobre os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da ANVISA intitulada: “Pimentão é vilão dos agrotóxicos segundo a ANVISA”. A opção pelo termo vilão, dá clara evidência do sensacionalismo que o referido jornal faz em torno do tema.

Na mesma data, O Globo publicou uma matéria com o título: “Pimentão é o campeão de agrotóxicos”. A padronização das informações nos meios de comunicação, prevista pelos teóricos da indústria cultural, reafirma-se ao compararmos o título da matéria de O Globo com a matéria principal da Folha de São Paulo. O termo “campeão” aparece explícito nas duas matérias. O cidadão é engolido pela padronização e é colocado como consumidor de informações similares nos diversos meios de comunicação de massa.

Da mesma forma que o subtítulo, o texto começa fazendo um oposto entre o pimentão (vilão) e a batata (livre de contaminação). Ao contrário de anos anteriores, O Globo apresenta logo de cara o percentual de contaminação do pimentão e da batata, além de explicitar o número absoluto de amostras analisadas pelo PARA.

Depois desse comparativo entre os dois extremos de alimentos contaminados e não contaminados, a matéria prossegue fazendo um paralelo entre a sequência de alimentos mais contaminados por agrotóxicos com os menos contaminados: “Depois do pimentão, os alimentos que registraram os piores índices foram o morango - 63,4% das amostras insatisfatórias- e o pepino - 57,4% das amostras com presença indevida de agrotóxicos. Além da batata, outros bons resultados foram encontrados na cebola (3,1% de produtos contaminados), na manga (4%) e no repolho (6,3%)”.

Na sequência, o gerente-geral de Toxicologia da ANVISA aparece generalizando o problema do pimentão. O referido alimento é estigmatizado como “grande problema”, no que se refere à contaminação por agrotóxicos no Brasil. De acordo com a matéria “- Não é um problema ou uma preocupação regional, mas nacional. As amostras comprovam que há um excesso de uso de agrotóxico no pimentão em todo o país - disse Meirelles”.

Como em anos anteriores, ao tratar dos problemas para a saúde O Globo faz uma mistura entre o PARA e as intoxicações agudas relacionadas aos agrotóxicos. O que gera uma confusão de informação para o leitor, contribuindo para que os mesmos tenham uma visão equivocada do fato. É o medo impulsionando a venda dos jornais.

Em retransmissão denominada “Ingestão contribui para doenças não transmissíveis” O Globo escreve: “os especialistas afirmam que o abuso de agrotóxicos atinge a saúde dos consumidores. Em 2009, foram registrados 7.677 casos de intoxicação aguda por agrotóxicos de uso agrícola”. Chama atenção que o jornal utiliza o termo “especialistas”, sem citar a quem está se referindo. Especialista em quê? Qual é o especialista?

Por fim, assim como a Folha de São Paulo, o problema é repassado para outros atores envolvidos: rede varejista e a própria população, não para a ANVISA. “Para a agência, o levantamento permite que supermercados e outras grandes redes varejistas conheçam a qualidade dos alimentos que adquirem dos fornecedores”, diz o jornal. Além disso, o gerente da ANVISA afirma: “- é uma ferramenta importante para que a população tome ciência de que o problema existe. Os laudos laboratoriais não mentem”.

Diferente dos outros dos veículos, O Estado de São Paulo publicou, em 2011, matéria sobre o PARA no dia 08 de dezembro, ou seja, um dia depois de O Globo e Folha de São Paulo. Com o título “ANVISA quer fiscalizar agrotóxico em mercado”, a linha editorial da matéria do Estado de São Paulo foi diferente da adotada pelos outros dois veículos de comunicação e tratou do assunto, até então, por um viés inédito, se considerarmos os textos analisados.

No início, o texto ressalta o caráter fiscalizador da vigilância sanitária. Com a frase “Objetivo é vigiar e multar supermercados pela venda de produtos contaminados; medida deve vigorar em 2013”, pela primeira vez, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária aparece como agente responsável pela segurança sanitária de alimentos contaminados por agrotóxicos.

Apesar de o texto tratar de uma ação especulativa, afinal trata-se de um plano que ainda vai ser preparado, a ANVISA é apresentada como instituição articuladora e coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e os órgãos de vigilância sanitária local, como executores. Verifica-se a referida apresentação, na seguinte passagem: “Um protocolo com detalhes sobre a ação começa a ser preparado nos próximos meses pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e será colocado em prática em 2013. A fiscalização será feita por escritórios locais da agência e laboratórios oficiais. A ação é apontada pela ANVISA como uma das estratégias para combater o uso abusivo e incorreto de agrotóxicos nos alimentos”.

Essa mudança de linha editorial pode ser motivada pelo fato do atraso na publicação da matéria, em relação aos dos outros jornais. Como as publicações concorrentes já haviam explorado o ranking dos alimentos com maior índice de contaminação, O Estado de São Paulo teve que pensar em outra linha editorial para tornar a matéria atraente para os consumidores, o que reforça os apontamentos feitos pelos pensadores da escola de Frankfurt. Na sociedade do espetáculo, o foco é busca pelo lucro e, nesse caso, significa tornar a mercadoria mais

encantadora. Ignora-se a comunicação e o papel dos meios de comunicação nesse contexto de informar. A regulação existe, o que falta nitidamente é a divulgação sem espetáculo.

Entretanto, após essa abertura diferenciada, o jornal passa a repetir o roteiro comercial adotado pelos demais veículos e pelo próprio Estado de São Paulo, ao longo dos anos, ou seja, o ranking de alimentos com maior índice de contaminação e apresentação de doenças relacionadas ao consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos. Prossegue o texto: “pelo terceiro ano consecutivo, o pimentão foi o responsável pelo maior número de amostras contaminadas: 91,8%. Morango e pepino vêm em seguida, com 63,4% e 57,4%”.

Em retransmissão denominada “irregularidades”, a matéria traz as falas dos representantes da indústria dos agrotóxicos. A ANDEF “garante que resultados do PARA não representam uma ameaça à saúde. A associação afirma que boa parte das amostras foi reprovada porque foi identificado o uso de agrotóxico”.

Da mesma forma que a matéria da Folha de São Paulo, só que com outra fonte, a ANDEF reitera a culpa do agricultor ao afirmar o uso do mesmo agrotóxico em duas culturas distintas. “O agricultor muitas vezes tem duas culturas e usa o mesmo produto. Isso não significa que ele oferece mais riscos”, afirma Guilherme Guimarães, técnico de regulamentação da ANDEF, no texto.

Por fim, a matéria de O Estado de São Paulo trata de forma alarmante da importação de agrotóxicos para o Brasil. Na retransmissão “destino”, informa o jornal: “O Brasil é o principal destino de agrotóxicos banidos na União Europeia e nos EUA. Os pesticidas aumentam o risco de problemas neurológicos, câncer e distúrbios no sistema endócrino”. Além do uso do termo pesticida, verificamos o caráter apelativo do texto ao elencar as doenças relacionadas aos agrotóxicos e ao tratar, mesmo que de forma implícita, do Brasil como lixão de agrotóxicos do mundo.

De uma forma geral, as matérias que trataram do PARA em 2011, nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, são marcadas pelo caráter sensacionalista e espetacular dada ao tema. Em nenhum momento aparecem orientações de saúde para os consumidores.

Além disso, constata-se uma padronização das informações. O cidadão não tem acesso aos diversos pontos de vista, a respeito de problema relacionado ao consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos. Ao utilizar a heurística do medo, os veículos de comunicação

de massa alavancam a vendagem dos jornais, alienando os cidadãos, a fim de reafirmar a lógica capitalista de consumo. O papel do Estado é praticamente esvaziado, ficando a população refém de uma realidade, na qual é mais fácil esquecer o problema do que enfrentá-lo de fato.

Conclusão

Que o direito à saúde é um direito fundamental não há dúvidas. Essa expectativa jurídica demanda do Estado prestação assistencial e, também, observação e zelo em relação ao risco sanitário, especialmente no que tange à prevenção do risco. Assim, esse estudo realizou análise de discurso e de conteúdo, nas matérias jornalísticas que trataram da divulgação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no ano de 2011, nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. No período, também houve publicação sobre o tema no espaço dedicado à coluna do jornalista Jânio de Freitas. Entretanto, por tratar-se de um espaço de natureza distinta das matérias jornalísticas, julgou-se melhor não tratar do texto publicado na referida coluna nesse trabalho.

Com a análise, foi possível identificar traços marcantes da indústria cultural na divulgação dos resultados do PARA. Nesse em particular, destacam-se os aspectos sensacionalistas e apelativos apresentados nos conteúdos das matérias jornalísticas a fim de alavancar a vendagem dos veículos. O fato jornalístico em si é engolido pela ânsia capitalista de tornar o fato em espetáculo vendável para o maior número de leitores possível.

Outra característica, apresentada pelos pensadores da escola de Frankfurt e constatada na análise, é a existência de uma padronização das informações divulgadas. Essa massificação da informação pode ser percebida tanto nas matérias divulgadas entre os diversos veículos de comunicação analisados, quanto ao longo dos anos. Apesar de haver uma mudança nos números divulgados pelo PARA, as matérias reforçam um mesmo discurso ao longo dos anos analisados. O pluralismo de informações, tarefa primordial para a comunicação em saúde, é desconsiderado nos textos analisados.

Os cidadãos têm quase ou nenhuma informação que pode, de fato, implicar mudanças de hábitos em saúde. A população, colocada na condição de consumidores, é enquadrada como refém da lógica capitalista de consumo. No processo de alienação constante, por muitas vezes constatadas na análise, os meios de comunicação de massa incentivam o não pensar. O

risco presente no consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos não é o suficiente para impedir que o discurso neoliberal de consumo seja reafirmado sempre que possível.

A imparcialidade e a falta de adjetivação, valores fundamentais do jornalismo moderno, são deixadas de lado para a criação de textos fantásticos e que atraiam mais leitores. Quando a saúde passa a ser tratada como mercadoria, os meios de comunicação perdem a essência e passaram a visar somente o lucro. Não existem mais preocupações com valores éticos, apenas com a vendagem desenfreada de jornais.

A confusão de informação apresentadas pelos jornais, no que se refere ao risco, são aspectos que contribuem para a sensação de bem-estar e colaboram para a imposição da lógica neoliberal do consumo. Ao cidadão, refém da heurística do medo, resta o conformismo com a realidade e a falsa impressão de segurança. Na sociedade do espetáculo, o papel do cidadão se restringe ao de movimentar a engrenagem do capitalismo desenfreado.

O PARA sofre, em grande parte dos textos analisados, uma espécie de perda de credibilidade. A ANVISA, como autoridade de saúde competente para enfrentar o problema, tampouco assume o controle da situação. A responsabilidade sofre o enfrentamento do problema e é empurrada para atores diversos, como os supermercados e os próprios agricultores, nunca para as autoridades de saúde. O cidadão se vê órfão de um Estado capaz de atuar de forma efetiva, no enfrentamento da problemática relacionada ao consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos.

Reduzidos ao papel de indústrias capitalistas, os meios de comunicação de massa perdem a função social de informar os cidadãos sobre riscos e informações em saúde. A todo o momento, durante as análises, constata-se que as informações em saúde e a comunicação do risco são preteridas em detrimento de informações espetaculares, capazes de tornar as matérias mais atrativas para os leitores.

As matérias jornalísticas analisadas mostraram-se incapazes de romper com a hegemonia dos discursos midiáticos existentes. O direito dos cidadãos de obter o maior número de informações possíveis sobre os problemas de saúde que acometem a sociedade não foi respeitado pelos veículos de comunicação de massa, nesse caso. Dados como: riscos envolvidos, ações de prevenção, tratamentos disponíveis, esforços dos governos para enfrentar a enfermidade, entre outros são marginalizados nas matérias jornalísticas analisadas.

Na sociedade do espetáculo, o acesso à informação, como elemento inerente à saúde, é desconsiderado pelos meios de comunicação de massa. Ao invés da produção e circulação de dados configurarem como elementos necessários para que os cidadãos se conscientizem sobre informações relevantes para a democracia e, conseqüentemente, para a saúde, o espírito humano é reduzido a mais um estigma da lógica neoliberal.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Ediná Alves. *Vigilância Sanitária: temas para debate/ autores: Ediná Alves Costa (organizadora), Fernando Aith, Laurindo Dias Minhoto... [et al.]*. - Salvador: EDUFBA, 2009.

ERBOLATO, Mario. *Técnicas de decodificação em Jornalismo*. São Paulo: 1991.

KÖLLING, Gabrielle. O risco na perspectiva ambiental/sanitária e as políticas públicas. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 133-166, jul./dez. 2011.

RANGEL-S, Maria Lígia. Comunicação em vigilância sanitária. In: COSTA, EA., org. *Vigilância Sanitária: temas para debate [online]*. Salvador: EDUFBA, 2009.

STONE, Philip J. A análise de conteúdo da mensagem. In: Gabriel COHN (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

WHO (World Health Organization). *Constitution of the World Health Organization*. Basic Documents. WHO. Genebra., 1946.